

A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO E A SOBRECARGA DA MULHER-MÃE NA PANDEMIA

Juliana Marcia Santos Silva¹
Vanessa Clemente Cardoso²
Kamila Eulálio Abreu³
Lívia Souza Silva⁴

Resumo:

O gênero como uma interpretação social do sexo biológico elaborou para homens e mulheres funções distintas dentro da sociedade e do lar. Por sua vez, a maternidade foi historicamente construída como um destino biológico da mulher, atribuindo a ela um amor maternal oblativo, voluntariamente ofertado para o cuidado dos filhos, da família e de outros que necessitem. Desta forma, conceitos como a “ética do cuidado” e o “dispositivo materno” tornam-se relevantes para compreender tal naturalização da feminilização do cuidado. Neste sentido, a posição que a mulher ocupa na sociedade evidenciou-se durante a pandemia causada pelo novo coronavírus, que também trouxe à tona as diferenças entre as classes sociais e o racismo estrutural. Assim, este artigo analisa a construção histórica dos papéis de gênero a fim de refletir sobre o cuidado como parte da sobrecarga materna das brasileiras na pandemia.

Palavras-chave: feminilização do cuidado, Covid19, mães na pandemia.

Abstract:

Gender as a social interpretation of biological sex has developed distinct roles for men and women within society and the home. In turn, motherhood was historically constructed as a biological destiny for women, attributing to it an oblativ maternal love, voluntarily offered for the care of children, family and others in need. In this way, concepts such as the “ethics of care” and the “maternal device” become relevant to understand this naturalization of the feminization of care. In this sense, the position that women occupy in society became evident during the Coronavirus pandemic, which also brought to light the differences between social classes and structural racism. Thus, this article analyzes the historical construction of gender roles in order to reflect on care as part of the maternal burden of Brazilian women in the pandemic.

Keywords: feminization of care, Covid19, mothers in the pandemic.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2017), Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pelo PPGNEIM-UFBA (2020) e Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PPGSS/PUC-Rio.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás (2010), com mestrado (2013) e doutorado (2019), em História, defendidos no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

³ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴ Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestranda em Serviço Social na PUC-Rio.

O CENÁRIO PANDÊMICO

Nos últimos meses, diante da notícia da Covid-19 (doença causada pelo novo coronavírus), o mundo tem vivenciado o desafio de manter a humanidade em segurança. Afetando principalmente o sistema respiratório, o vírus pode interferir no funcionamento de diversos órgãos e deixar sequelas nos seus portadores. Entretanto, nem todas as pessoas são afetadas da mesma forma; para além dos grupos de risco⁵ que inclui idosos de 60 anos ou mais, mulheres grávidas e puérperas e pessoas com doenças pré-existentes, como: asma, diabetes, hipertensão, doenças cardíacas e com histórico de AVC ou câncer, há fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que deixam determinados grupos mais vulneráveis.

Com as medidas restritivas e a adoção da quarentena no Brasil, diversos serviços, estabelecimentos e instituições considerados não fundamentais para o funcionamento do país foram temporariamente fechados, com o objetivo de conter a proliferação do vírus e salvar vidas. Ainda assim, o Brasil registrou, até o final do mês de agosto, cerca de 3.605.783 casos de Covid-19, sendo desses 114.744 óbitos (BRASIL, 2020). Os dados oficiais (quadro 1, disponível ao final do texto) do governo federal, que são atualizados diariamente, trazem um panorama de como está a situação atual na luta contra o novo coronavírus.

Dentro de um contexto de tantas mortes e de tantas notícias sobre a péssima situação na gestão do Sistema de Saúde no país, estamos lidando com um momento cheio de incertezas e marcado por uma grande ansiedade, com o que alguns nomeiam de “novo normal”.

A pandemia do novo coronavirus apresentou-se não só como uma questão de saúde, mas evidenciou as assimetrias sociais, dentre elas as de gênero, raça e classe. Problemas sociais anteriormente vivenciados pelas mulheres, como a

violência doméstica e a sobrecarga pelas múltiplas jornadas, ganharam índices ainda maiores. Com o lema “fique em casa!”, escolas e empresas fecharam por tempo indeterminado, sendo assim toda a família passou a vivenciar mais horas de contato dentro do ambiente doméstico. Por isso nesse trabalho, analisaremos como a atual situação vem afetando a população, em especial as mulheres, que historicamente foram responsabilizadas pelos cuidados com os filhos, companheiros(as) e demais familiares.

Com todos dentro de casa e uma crise de saúde no país, a sobrecarga feminina já era um fenômeno esperado, pois tal situação já havia sido registrado por Wenham, Smith e Morgan (2020), em crises anteriores como os surtos de Ebola (2013-2016) e de Zika Vírus (2015-2016), em que as mulheres estiveram mais sobrecarregadas e expostas às doenças por estarem mais inseridas nos trabalhos do *care*, ou seja, trabalhos relacionados ao cuidado, sejam formalmente na área de saúde e assistência ou informalmente no cuidado com a família.

As mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não-remunerado, principalmente em tempos de crise. Devido à saturação dos sistemas de saúde e ao fechamento das escolas, as tarefas de cuidado recaem principalmente sobre as mulheres, que, em geral, têm a responsabilidade de cuidar de familiares doentes, pessoas idosas e crianças. (ONU MULHERES, 2020, p.1)

Neste contexto, a lógica de produção capitalista ignora as questões da vida fora do ambiente de trabalho, mesmo quando este trabalho é desenvolvido dentro do ambiente doméstico, o chamado *home office*, ao mesmo tempo que as questões das mulheres referentes à conciliação de maternidade e vida profissional permanecem circunscritas como uma questão da vida privada. Além disso as mulheres são maioria nos setores mais afetados pela pandemia como o comércio, o turismo e o setor de serviços, considerando também que há mais mulheres do que homens no setor informal, que sofreu

⁵ As pessoas que são consideradas pertencentes ao grupo de riscos, são aquelas que estão mais propensas a contrair o vírus, podendo vir a óbito.

fortíssimo impacto com as medidas tomadas para conter a pandemia (O GLOBO, 2020).

Na esfera acadêmica, os problemas já enfrentados pelas mulheres ganham novas nuances com a adoção das atividades remotas. O referencial masculino nos ambientes de produção científica, que espera por pesquisadores e estudantes disponíveis exclusivamente para sua formação e/ou pesquisa, demonstra-se ainda mais evidente, a partir de algumas medidas que ignoraram a sobrecarga das mulheres que estariam agora ainda mais presentes no ambiente doméstico e se viram como principais ou únicas responsáveis pelas atividades do cuidado.

Além disso, o isolamento necessário para controlar a disseminação do vírus impede também que as mulheres acessem a rede de apoio, elemento que se apresenta como indispensável para o cumprimento das múltiplas jornadas como ressaltam Silva (2018) e Oliveira (2020).

Diante do contexto pandêmico aqui apresentado e das novas condições colocadas por ele, este artigo buscará analisar a realidade de mães trabalhadoras e estudantes na pandemia, discutindo as múltiplas jornadas femininas neste cenário. Para isso examinaremos os impactos da feminização do cuidado a partir dos conceitos da Ética do Cuidado de Carol Gilligan (1982; 2011) e o Dispositivo Materno de Valeska Zanello (2016), além da análise dos impactos da pandemia do Coronavírus nas esferas de trabalho e ensino que compõem algumas das múltiplas jornadas femininas no Brasil.

Queremos aqui trazer a reflexão de como ficam as mães trabalhadoras e estudantes, mas também aquelas que são pesquisadoras nas universidades e que não tiveram uma parada nas suas pesquisas, pensando em tempos de pandemia. Essas mulheres-mães obtiveram ao longo do tempo o direito de estar dentro dos espaços contudo, quando feita essa inserção, não foi considerado o fato de que elas pertencem a grupos diversificados e dão conta de outras numerosas “obrigações”, sendo levadas a cumprir a mesma quantidade de tarefas, na mesma

quantidade de tempo que outros estudantes e pesquisadores.

MULHERES-MÃES E CUIDADO

Com a origem da família moderna, os papéis sociais para homens e mulheres foram incorporados socialmente e reverberaram ao longo da história da sociedade. A francesa Elizabeth Badinter (1985) apresenta que, entre os diversos discursos que legitimaram esses papéis, o discurso biológico foi utilizado amplamente para corroborar com a existência de instintos naturais que além de condicionar a mulher a um papel de submissão social também a colocou no papel de cuidadora. Neste mesmo sentido, a psicóloga brasileira Valeska Zanello nos demonstra quão enraizados esses valores estão e como funciona o que ela denomina de “dispositivo materno”:

O dispositivo materno diz respeito, assim, a um lugar de subjetivação no qual as mulheres são constituídas como cuidadoras ‘natas’. (...) esse dispositivo se construiu historicamente, sobretudo a partir do século XVIII, momento esse no qual a capacidade de maternagem foi compreendida como desdobramento da capacidade de procriação (ZANELLO, 2016, p.113-114)

O dispositivo materno atua juntamente com o modelo de “boa-mãe” instituído pelo *Mito do Amor Materno* de Badinter, impondo para as mães que se anulem diante das suas responsabilidades com os seus filhos. Contudo, o dispositivo materno não atua apenas sobre as mulheres que são mães, mas também institui códigos e valores morais para todas as mulheres, para que estejam prezando sempre pelo cuidado do outro. Como observamos a seguir:

[...]ainda que uma mulher não tenha seus próprios filhos, ela é vista como naturalmente cuidadora (capaz de “maternar”), podendo e devendo empregar esse “dom” no cuidado de outras pessoas: dos pais, irmãos, sobrinhos, doentes da família, etc. Além disso, esse “cuidado” se desdobra em uma naturalização dos cuidados domésticos, cabendo a elas,

também, em grande parte, até hoje, os serviços de casa⁴⁴. Uma mulher que não priorize o cuidado com os outros (filhos, marido, família), geralmente é julgada como egoísta, fálca e outros termos que, no uso, adquirem um caráter pejorativo. (ZANELLO, 2016, p.114)

No mesmo sentido que Zanello (2016), outra psicóloga também nos apresenta conceitos relevantes para a análise do condicionamento feminino ao cuidado. Carol Gilligan (1982; 2011) ao abordar a “ética do cuidado” e a “ética da justiça” demonstra que homens e mulheres utilizam diferentes conceitos morais na resolução de problemas éticos. A “ética da justiça” prioriza os direitos individuais, noções de justiça e normas universais, enquanto a “ética do cuidado” baseia-se na empatia, na preocupação com o outro, o bem comum e busca a manutenção dos relacionamentos de cuidado durante qualquer tomada de decisões, neste sentido a autora conclui que “dentro de uma estrutura patriarcal, o cuidado é uma ética feminina.” (GILLIGAN, 2011, p.22). Assim compreendemos que em nossa sociedade as mulheres foram historicamente submetidas as atividades do cuidado de tal maneira que estas já se encontram como valores morais seguidos muitas vezes sem quaisquer questionamentos, pois estes valores já penetraram nosso conceito feminino de ética.

Entendemos que quando falamos sobre a situação atual das mulheres, podemos ressaltar que ao longo dos anos registram-se muitos progressos; entretanto, quando o assunto é cuidado dos filhos e das tarefas domésticas, pouco foi modificado em nossa sociedade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), em 2018 as mulheres que trabalhavam fora de casa (com empregos formais) trabalhavam cerca de 18,5 horas semanais realizando trabalhos de cuidado ou afazeres domésticos, enquanto os homens na mesma situação realizavam apenas 10,3 horas semanais. Quando levado em consideração mulheres e homens que não realizavam trabalhos fora de casa (com empregos formais), as mulheres

(23,8 horas) trabalhavam 11,8 horas a mais do que os homens (12,0 horas).

Se o cenário em 2018 era tão discrepante em relação aos cuidados da casa e dos filhos, entre mulheres e homens, o que podemos supor da realidade que se apresenta em tempos de quarentena e de isolamento social, onde escolas, creches e diversos locais não considerados essenciais foram fechados? E, automaticamente, milhares de responsáveis, em sua maioria mães, se viram em casa com seus filhos tendo de assumir diversas responsabilidades. Se antes quando falávamos de mães estudantes falávamos de uma tripla jornada (estudar, trabalhar, cuidar da casa e dos filhos), hoje devemos pensar que essa jornada pode parecer infinita. Empiricamente podemos crer que muitas mães estão sobrecarregadas, por exemplo, muitas delas vêm sendo responsáveis pelos cuidados da casa, dos filhos, de seu trabalho formal, de seus estudos, dos cuidados de idosos ou outros parentes e dos estudos dos filhos.

Quando pensamos no papel de mãe, socialmente imaginamos aquela mulher que está disponível para as necessidades daqueles que precisam dela. É também socialmente delegado à mulher o lugar do cuidado, não é por acaso que profissões associadas ao cuidado são historicamente destinadas às mulheres, como por exemplo, domésticas, babás, cuidadoras de idosos, enfermeiras e professoras. São esses papéis que se destinam às mulheres e aquelas que ousam avançar nas suas carreiras passam por diversos julgamentos, como explica Badinter ao criticar concepções segundo as quais o “papel” da mãe é o de ser subserviente aos filhos e cuidados com a família (BADINTER, 1985).

A INTENSIFICAÇÃO DA VULNERABILIDADE DA MÃE TRABALHADORA NO CONTEXTO PANDÊMICO

A desigualdade de gênero é intensificada pela sub-representação feminina no legislativo, executivo e judiciário. Quando pensamos historicamente sobre a conquista do direito ao

voto feminino, percebemos o quão recente ela é, de 1932, durante o Governo do Estado Novo de Getúlio Vargas. Para além do direito ao voto, a licença-maternidade também é uma conquista recente, embora ainda precise ser ampliada e pensada de forma crítica. O entendimento da mulher como cidadã compreende-se no princípio fundamental do direito à vida, à segurança, à saúde, ao acesso ao ensino e à previdência social. Entretanto, pesquisas apontam que mulheres estão mais expostas do que os homens ao exercício do trabalho sem vínculo empregatício, sem remuneração ou com remuneração inferior.

A realidade da mulher mãe é ainda mais desigual, e ao estudarmos com um viés interseccional, a desigualdade intensifica-se. O contexto pandêmico escancarou aquilo que já era debatido há alguns anos: a desigualdade de gênero. O levantamento realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em abril de 2020 (OPAS, 2020), revelou que 90% dos profissionais que estão na linha de frente do combate ao novo coronavírus são enfermeiros (as), sendo que 70% são mulheres. Esses dados são importantes, pois revelam que profissões mais desvalorizadas financeiramente, mas com enorme risco, são ocupadas pelas mulheres, evidenciando a desigualdade salarial.

A atuação feminina em profissões de cuidado é uma construção histórica, cultural e social, resultante da configuração de uma sociedade machista, patriarcal e misógina na qual atividades relacionadas ao cuidado deveriam ser desempenhadas pelas mulheres, incluindo a reprodução e cuidados com a casa, com os idosos e com os (as) filhos (as), já atividades do ambiente público e melhores remuneradas, atividades do pensar, deveriam ser desempenhadas pelos homens.

Diante de uma construção de divisão sexual do trabalho, pesquisas (RÉ, 2020) mostram que as mães estão mais expostas a vulnerabilidade, encarando dupla ou tripla jornada de trabalho intensificada com o regime de *home office*, resultando em uma sobrecarga materna. Dados do IBGE, colhidos em 2018, apontam que

apesar de alguns homens estarem desempenhando atividades dentro do seu lar, ainda assim, as mulheres dedicam “23,8 horas semanais a essas atividades, enquanto os homens, 12 horas”(UFJF NOTÍCIAS, 2020). Durante a pandemia, esse índice poderá ser mantido ou até mesmo intensificado, pois para além dos cuidados com os (as) filhos (as), soma-se a atenção redobrada com os idosos e as atividades de *home office*.

O trabalho desenvolvido dentro do lar acabou privando as mulheres do seu escasso tempo de descanso, não há horário estipulado para o início e término de atividades, assim o trabalho público invade o ambiente privado, acarretando um acúmulo de atividades que podem gerar inclusive problemas psíquicos e exaustão.

Ainda no início de março, quando foram registrados os primeiros casos de Covid-19 em alguns estados brasileiros, dentre as principais medidas tomadas por grade parte das cidades, destacou-se o fechamento das creches e escolas. Mães que necessitavam desse ambiente como respaldo para conseguirem manter sua rotina de trabalho, encontraram-se sem alternativa, pois a grande maioria não podia contar com a flexibilidade dos horários no trabalho ou com os avós, que pertencentes ao grupo de risco, ficaram impossibilitados do convívio com as crianças. A grande maioria das mulheres empregadas tinham em comum o fato de não conseguirem manter suas atividades em regime de *home office*, como foi apontado por um grupo de pesquisadoras do Fundo Monetário Internacional (FMI):

Nos **Estados Unidos**, cerca de 54% das mulheres empregadas nos setores sociais não conseguem trabalhar de casa. No Brasil, essa porcentagem sobe para 67%. Nos países de baixa renda, apenas cerca de 12% da população, no máximo, consegue trabalhar a distância. (O GLOBO, 2020, p.1)

Diante de um momento novo, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) apontam que 7 milhões de mulheres saíram do mercado de trabalho, deixaram o emprego ou foram demitidas, na

primeira quinzena da pandemia, sendo um dos motivos não terem com quem deixar seus filhos (as). Nesse aspecto, mães perderam o vínculo trabalhista e conseqüentemente direitos fundamentais, como o vale-transporte, pagamento de salário, as horas extras, a licença-maternidade, o aviso prévio, o descanso semanal remunerado, as férias, o 13º salário, o adicional noturno, o adicional de periculosidade, aposentadoria, etc.

Tratando das empregadas domésticas, uma pesquisa do Instituto Locomotiva apresentados pela Organização Gênero e Número (2020) em função do isolamento social “45% das empregadas domésticas (diaristas e mensalistas) foram dispensadas do trabalho nesse período sem nenhuma remuneração”(GÊNERO E NÚMERO, 2020, p.10). No Brasil, falar de emprego doméstico é falar de uma profissão historicamente e majoritariamente exercida por mulheres negras.

Perder o emprego resulta na perda da capacidade de manter a família, e tal situação é ainda pior em arranjos familiares nos quais a mãe é a principal provedora. Vulneráveis pelo contexto pandêmico e pela ausência de políticas públicas que pensassem a realidade materna de forma diferenciada neste momento, muitas mulheres acabaram indo para o empreendedorismo forçosamente, por questão de sobrevivência. O empreendedorismo aparece como alternativa, entretanto, não fornece um ambiente seguro e estável para as mães. Para além do aumento do número de mulheres mães desempregadas, as mulheres ficaram mais vulneráveis também à violência doméstica.

Em abril de 2020, a assistente social da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, 1ª Região, Karla Valle, publicou um artigo como parte da Campanha “Abril Verde”, analisando o contexto de agravamento da desigualdade de gênero no mercado de trabalho em decorrência da pandemia. Nesse sentido, Valle, sugeriu algumas medidas que poderiam ser tomadas pelas empresas brasileiras no sentido de amenizar esse impacto social:

Implementar acordos para trabalho flexível; apoiar mães com opções de cuidado infantil que sejam seguras e apropriadas e para o contexto da covid-19; prevenir e eliminar possíveis riscos oferecidos pelo local de trabalho, fortalecendo medidas de segurança e saúde ocupacional; providenciar orientação e treinamento em segurança e saúde ocupacional e boas práticas de higiene; encorajar e orientar trabalhadoras a buscar atendimento médico apropriado em caso de febre, tosse e dificuldade respiratória; apoiar trabalhadoras a lidar com o estresse e a segurança pessoal durante o surto de covid-19; apoiar medidas governamentais de proteção social.(TRT-RJ,2020, p.2)

No mesmo sentido de redução da desigualdade de gênero, outras iniciativas muito importantes também foram criadas. Dentre elas destaca-se o “Projeto Impactando Vidas Pretas”⁶ que busca fomentar uma cultura mais humana e colaborativa no Brasil. A iniciativa teve caráter emergencial e buscou atender famílias negras desassistidas. O foco principal do projeto era a mãe solo, negra, periférica, desempregada e em estado de vulnerabilidade. A atenção ao grupo específico das mulheres negras deve-se ao fato de que elas são, segundo dados do IBGE, 61% das mães solo no país, ou seja, não encontram apoio ou parceria para divisão do cuidado com seus filhos. Além disso, famílias chefiadas por mulheres negras disfrutavam de uma condição de pobreza muito maior quando comparadas a famílias chefiadas por homens ou por mulheres brancas como observamos no trecho a seguir.

A raça dessas mulheres impõe ainda mais barreiras de acesso a direitos básicos que são agravados pela pandemia. No Brasil, [63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza](#), segundo a Síntese dos Indicadores Sociais, do IBGE. Em 2018, segundo o estudo, esse valor equivalia a aproximadamente R\$ 145 mensais, por pessoa. (GÊNERO E NÚMERO, 2020, p.11)

Outro projeto que podemos destacar é a “Campanha Mães da Favela” que forma um fundo solitário para as mães de favelas de todo o Brasil.

⁶ Site da iniciativa: <https://benfeitoria.com/impactandovidaspretas>

A ajuda pode se dar por meio de doação de cestas físicas ou digitais. Até o momento já foram atendidas mais de um milhão de famílias e doados mais de **18.227,552** de alimentos (MÃES DA FAVELA, 2020). Além do “Impactando Vidas Pretas” e da “Campanha Mães da Favela”, outro projeto voltado para mães vulneráveis é o “Segura a Curva das Mães” que com o slogan “É preciso cuidar de quem cuida”, aborda como as mulheres assumem a posição e cuidadoras, entretanto são desassistidas pelo Estado.

ENSINO E MATERNIDADE

Segundo Aquino (2018), no Brasil as mulheres são a maioria da população, optam por ter menos filhos, estão adentrando cada dia mais no mercado de trabalho e são as responsáveis financeiras de 37,3% das famílias. Neste contexto, a autora descreve que a inserção de mulheres no espaço acadêmico tem sido crescente e desde os anos 2000, são maior parte do corpo discentes matriculados nas Instituições de Ensino Superior (IES). Porém, trazem demandas e necessidades de assistência estudantil, devido a maior parte ocupar a faixa etária de 20 a 29 anos, que são consideradas como idades reprodutivas, demandando espaços que sejam redes de apoio na criação e educação dos filhos das mulheres, mães universitárias.

De acordo com Sousa *et al.* (2017), para as mulheres que são mães e adentram o espaço acadêmico, as atividades se tornam cada vez mais complexas, devido à dificuldade de conciliar vida acadêmica e maternidade, além de pontuar que, devido às pressões e imposições dentro da sociedade patriarcal ⁷, onde os cuidados são destinados aos pais somente quando as mães não podem e existem construções sociais de que a maternidade traz a plenitude a mulher e se ela opta por investir na carreira profissional comete

⁷ O patriarcado, segundo Delphy (apud QG FEMINISTA, 2009) é uma construção social em que os homens possuem o poder, o poder é considerado algo estritamente masculino.

um “crime”, a autora destaca que é necessária mudanças culturais, sociais e acadêmicas para que as desvantagens dessas mulheres não ocorram. Na mesma linha, Silva (2018) discorre que essas discentes necessitam mobilizar recursos que possibilitem sua permanência, contam com o auxílio dos familiares, vizinhos, creches que se tornam a rede de apoio, permitindo que as mulheres mães se mantenham estudando. Afirma ainda que a sociedade enxerga a maternidade como algo sagrado, sendo considerada mais importante que qualquer outra escolha da mulher. Porém, muitas delas fazem parte da população de baixa renda, que não possuem apoio e sentem dificuldade de inserir seus filhos em creches públicas, devido à falta de vagas, tendo que exercer quadruplas jornadas (atividades acadêmicas, laboral, maternidade e trabalho doméstico) para conseguir manter seus filhos em creches privadas ou conforme exposto no texto de Sousa (2017), terem que levar os filhos para as aulas, destacando que a rede de apoio e a assistência estudantil são consideradas indispensáveis pelas mulheres mães discentes entrevistadas, para que possam manter-se em suas formações.

Com a adoção do isolamento social muitas atividades cotidianas foram paralisadas, dentre elas os espaços configurados como redes de apoio às mulheres mães universitárias, as creches, escolas e até o contato com familiares que residem em outras casas. Essas medidas fizeram com que diversas empresas transformassem o trabalho presencial em remoto, às escolas criassem plataformas de ensino remoto para manter o período letivo e algumas faculdades também tomaram essas medidas como cabíveis para manter o calendário acadêmico. Tais medidas foram aprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura no dia 17 de março de 2020 com a Portaria nº 343/2020, que legitima a transformação do estudo presencial para a forma remota até o fim da pandemia do novo coronavírus. A adoção das atividades remotas pela internet pareceu uma solução óbvia diante da necessidade de isolamento social, contudo tal

medida descortinou o cenário de acesso desigual à internet e a aparelhos eletrônicos no país como apresentam os dados abaixo:

De acordo com a [TIC Domicílios](#), estudo feito anualmente pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), embora 70% dos lares em áreas urbanas estejam conectados, as diferenças ao se analisar as classes sociais são gritantes: entre os mais ricos (classes A e B), 96,5% das casas têm sinal de internet; já nas classes D e E, 59% não conseguem navegar na rede. Entre a população cuja renda familiar é inferior a 1 salário mínimo, 78% das pessoas com acesso à internet usam exclusivamente o celular. Segundo o IBGE, a cada 100 mães solo, 21 negras e 14 brancas não têm acesso à internet. (GÊNERO E NÚMERO, 2020, p.21)

No país, famílias inteiras compartilham do mesmo aparelho para a realização de suas atividades remotas, o que demonstra que a transição para o ensino e o trabalho remoto tem sido difícil ou impossível para os grupos da base da pirâmide socioeconômica do país.

As ações para adequação a este cenário têm aumentado a carga horária de serviço das mulheres mães, além de gerar maior acúmulo do que já havia antes da pandemia, onde segundo matérias de jornais demonstram que o tempo de estudo diminui, o tempo de trabalho aumentam, não somente o remunerado, mas os domésticos, juntos com a maternidade e a responsabilidade de acompanhar as atividades escolares dos filhos.

Como conciliar maternidade e universidade? Essa é uma pergunta já bastante discutida e que, especialmente no contexto da pandemia e de afastamento social, tem levantado novas e velhas questões como a realização do trabalho profissional no ambiente doméstico. Como resultado, temos vivenciado jornadas contínuas, concomitantes, e não mais sobrepostas (duplas ou triplas), em que se borraram quaisquer limites e diferenças entre tempos, demandas e espaços doméstico, de cuidado e profissional. Nada parece ter ordem, controle ou organização. Sem a possibilidade de contar com rede de apoio ou com turnos escolares – durante a pandemia – tais jornadas têm sido altamente desgastantes, por

requererem atenção plena e cuidado permanente dentro de casa, sobretudo em se tratando de crianças. (OLIVEIRA, 2020, p.1).

Para além da produtividade acadêmica é importante ressaltar que a pandemia também impacta sobre a permanência das mães no ensino superior brasileiro. Dentre os aspectos dificultadores para a permanência podemos apontar a sobrecarga materna, questões emocionais, a desigualdade social que acarreta na inacessibilidade à internet e aparelhos tecnológicos como computadores e celulares, necessidade de trabalhar mais para conseguir manter a família, e atividades passadas pelos professores que não correspondem à realidade do momento e que não levam em consideração a situação da mulher mãe estudante. Nesse sentido, mulheres são as mais afetadas na pandemia com o acúmulo de tarefas, desemprego, diminuição da produtividade acadêmica e evasão do ambiente universitário.

A permanência estudantil de mulheres mães universitárias, tem sido um desafio no período pandêmico, devido ao acúmulo de funções e a falta de tempo para si mesma devido ao excesso de responsabilidades colocadas exclusivamente para elas pela sociedade patriarcal. (MACÊDO, 2020)

No entanto, vale lembrar, aqui, que a responsabilidade pelo trabalho doméstico formal ou não, ainda é, no Brasil, exclusivamente destinada às mulheres, representando uma desigualdade entre os gêneros masculino e feminino. Esse trabalho é marcado por dor, opressão e adoecimento, principalmente diante da naturalização da posição subalterna que a mulher ocupa na sociedade e na hierarquia da estrutura familiar tradicional, que a leva à exaustão diante dos cuidados requisitados por todos os membros da família. Muitas vezes, a própria mulher internaliza, nas relações de poder vigentes na sociedade, que cabe a ela a obrigação desses afazeres, dispensando muito pouco tempo para cuidar de si mesma, descansar ou buscar meios de lazer. (MACÊDO, 2020. p. 189).

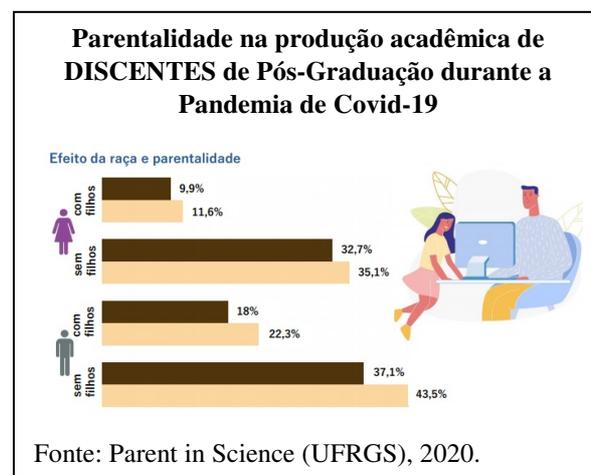
As aulas presenciais requerem atenção, foco, disciplina, leituras e sobretudo produtividade, mas nesse tempo, onde o distanciamento social se coloca como maior forma de proteção, os cuidados são majoritariamente feitos pelas mulheres, sem nenhum apoio para os cuidados domésticos, com os filhos, trabalhando de forma remota, é cada dia mais difícil as mulheres mães se manterem estudando com qualidade, sobretudo quando fazemos uma análise se faz uma leitura de raça, maternidade solo, território de moradia, que revelam cada vez piores a qualidade do acesso e condições de estudo dessas mulheres. (OLIVEIRA, 2020).

A pandemia e as estratégias utilizadas pelas faculdades de manter os estudos de forma remota agudizaram os problemas que já existem há anos para a permanência das mulheres mães, universitárias, trabalhadoras, periféricas, suburbanas, onde a falta de redes de apoio tem sido um dificultador na qualidade da aprendizagem, para exaustão e problemas de saúde mental como indica a Organização Pan-Americana da Saúde ao abordar grupos em maior vulnerabilidade de saúde mental na pandemia: “Outros grupos que correm um risco particular são as mulheres, particularmente aquelas que estão fazendo malabarismos com a educação em casa e trabalhando em tarefas domésticas” (OPAS, 2020 apud GÊNERO E NÚMERO, 2020, p.2).

O impacto negativo na vida de mulheres que vivem múltiplas jornadas de trabalho, afetam constantemente suas vidas, isso ocorre devido ao sistema capitalista que necessita se manter em voga de qualquer forma, mantendo o lucro e explorando a classe trabalhadora a todo tempo, mesmo em um tempo onde negros, pobres, trabalhadores, estudantes, tem morrido devido a Covid-19.

O LUGAR DA EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO ACADÊMICA DAS MÃES NA PÓS-GRADUAÇÃO

Os dados apresentados a seguir pertencem ao grupo de Estudo Parent in Science (2020), que recentemente publicou sobre a produção de pesquisadores e pesquisadoras no período da quarentena de 2020. Esse estudo mostra que as mulheres com filhos vêm sendo afetadas ainda mais pela quarentena, tendo na sua produção acadêmica uma baixa muito grande. O estudo ainda mostra que as implicações de raça dentro desse âmbito, lembrando que mulheres negras com filhos são as que menos conseguiram produzir nesse período.



Como no caso dos discentes apontado pelo gráfico 1, apenas 9,9% das mulheres negras com filhos estão conseguindo trabalhar remotamente durante a pandemia. Esse número sobe quase 2% quando falado de mulheres brancas. Já em mulheres sem filhos 32,7% das mulheres negras estão conseguindo trabalhar remotamente nesse período, enquanto 35,1% das mulheres autodeclaradas brancas sem filhos conseguem trabalhar com mais facilidade. A partir dos dados coletados, o grupo concluiu que:

Especialmente para submissões de artigos, mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos (principalmente com idade até 12 anos) foram os grupos cuja produtividade acadêmica foi mais afetada pela pandemia.

A produtividade acadêmica de homens, especialmente os sem filhos, foi a menos

afetada pela pandemia. (PARENT IN SCIENCE, 2020, p.12)

Como ressaltado no Informativo publicado pelo grupo, quase 15 mil pesquisadores responderam à pesquisa. Entre eles, discentes e docentes, de pós-graduação e também de pós-doutorado, além de pesquisadores. O Grupo Parent in Science é um dos pioneiros a estudar questões de maternidade, gênero e a academia. Integram o grupo docentes do Ensino Superior e também discentes, teve início na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mas hoje já conta com diversas pesquisadoras de outras universidades do país.

Outro dado apresentado pela pesquisa é que cerca de 82% dos Discentes de pós-graduação respondentes afirmaram que a Pandemia está impactando no progresso da dissertação ou da tese. Quando realizado um recorte de gênero, 83,4% das mulheres afirmaram que estão sofrendo com as consequências da Pandemia para continuar a realizar os seus trabalhos. A pesquisa também mostra que 60% dos respondentes de pós-graduação são bolsistas e sabe-se que bolsistas de mestrado e doutorado tem prazos para a realização da defesa da dissertação ou tese. E ainda que a portaria nº 55, publicada em abril de 2020, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) tenha estendido o prazo das bolsas, os próprios programas não têm certeza de como essa extensão de prazos pode afetar na disposição de bolsas para os novos ingressantes no ano que vem.

Lemos e Kind (2017) apontam que a contemporaneidade limita as mulheres para o lugar de ser mãe e “ter que” fazer de tudo pelos seus filhos. Elas também mostram que ao pensar na mãe contemporânea devemos pensar num sujeito que tem diversas facetas. São essas múltiplas facetas que muitas vezes sobrecarregam as mulheres, principalmente as mães, fazendo com que elas em tempos de constante mudança social sejam forçadas a assumirem um papel principal nas suas vidas, como por exemplo, o papel de mãe. Deixando de lado as outras facetas que

compõem o seu ser e estar na sociedade. Não á toa os números apontados pela pesquisa do Parent in Science são tão pessimistas quando mostram a realidade das mães na pós-graduação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão aqui realizada demonstrou que a responsabilização das mulheres pelas atividades do cuidado está presente na história da sociedade patriarcal, contudo a situação colocada pela pandemia torna mais severa esta realidade, pois as medidas tomadas para garantir o isolamento social e evitar o aumento do número de casos resultaram na sobrecarga das mulheres, já marcadas na sociedade moderna pelas múltiplas jornadas. O malabarismo realizado para garantir a sobrevivência, que é a base da sobrecarga, tem impactado também na saúde mental das mulheres, como apresentam os relatórios aqui abordados. Neste sentido, as mães, em especial as mães-solo, por possuírem o lugar de provedoras financeiras e provedoras de cuidado, encontram-se num lugar de maior desgaste

O *home office* como alternativa para a continuidade do trabalho aparentemente transferiu as obrigações do escritório para dentro do lar, rejeitando a ideia de que as questões do ambiente doméstico interferem no cotidiano do trabalho. Esta e outras questões relacionadas ao trabalho permanecem atingindo fortemente as mães, tendo o país registrado sete milhões de mulheres desempregadas apenas na primeira quinzena da pandemia. Assim como na esfera do trabalho, os dados apresentados aqui delineiam a situação das mães na esfera da educação e os problemas enfrentados para que estudem durante a pandemia, o que incide diretamente sobre as possibilidades deste grupo quanto a ascensão socioeconômica. Tais situações, atreladas a problemas já registrados pelos estudos que compreendem a relação entre maternidade e carreira, indicam que o país levará alguns anos para se recuperar do impacto da pandemia de Covid-19, mas para as mulheres este tempo será ainda maior.

A criação de políticas públicas efetivas para as mães no contexto da pandemia, considerando suas particularidades e dificuldades, se torna ainda mais necessária, bem como estratégias para enfrentar os novos problemas que virão como resultado deste período. Para a criação de uma sociedade igualitária e um ambiente equitativo, a sociedade e o Estado precisam compreender as condições maternas como de interesse público e não como uma questão privada.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, L. M. L. “Pelo direito de ser mãe e estudante”: educação infantil na pauta estudantil universitária. *Zero-a-seis*, Florianópolis, v. 20, n. 37, 2018. Dossiê: Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas em creches e pré-escolas.
- BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Síntese de casos, óbitos, incidência e mortalidade no Brasil*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- GÊNERO E NÚMERO. Um retrato das mães solo na pandemia. *Site Gênero e número*, 18 jun. 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/> Acesso em: 05 out. 2020
- GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.
- GILLIGAN, Carol. *Joining the Resistance*. Cambridge: Polity Press, 2011.
- LEMOS, Renata Feldman Scheinkman; KIND, Luciana. Mulheres e maternidade: faces possíveis. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 17, n. 3, pág. 840-859, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451857286003.pdf> . Acesso em: 26 ago. 2020.
- MACÊDO, S. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia covid-19: tecendo sentidos. *Rev. NUFEN*, Belém, v.12, n. 2, p.187-204, mai./ago. 2020.
- MÃES DA FAVELA. Fundo solidário COVID-19 para Mães das Favelas *Mães na favela*, 2020. Disponível em: <https://www.maesdafavela.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2020.
- O GLOBO. Pandemia deve aumentar desigualdade de gênero, diz FMI. *Agência O Globo*, São Paulo, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2020-07-21/pandemia-deve-aumentar-desigualdade-de-genero-diz-fmi.html>. Acesso em: 09 out. 2020.
- O GLOBO. Pandemia faz sete milhões de mulheres deixarem o mercado de trabalho. *Globo*, 21 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/celina/pandemia-faz-sete-milhoes-de-mulheres-deixarem-mercado-de-trabalho-24489196>. Acesso em: 10 out. 2020.
- OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira. Maternidade, universidade e pandemia. *Mães que escrevem*, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://maesqueescrevem.com.br/maternidade-universidade-e-pandemia/>. Acesso em: 09 out. 2020.
- ONU MULHERES. Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta. *ONU Mulheres*, mar. 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 10 out. 2020
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Dia Mundial da Saúde: OMS e parceiros pedem investimentos urgentes em profissionais de enfermagem. *Site OPAS Brasil*, 07 abr. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6134:dia-mundial-da-saude-oms-e-parceiros-pedem-investimentos-

[urgentes-em-profissionais-de-enfermagem&Itemid=844](#). Acesso em: 01 out. 2020.

PARENT IN SCIENCE. *Produtividade Acadêmica durante a Pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade*. Porto Alegre: PARENT IN SCIENCE, 2020. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acesso em : 11 out. 2020.

QG FEMINISTA. O que é Patriarcado?. *Site Medium-QG Feminista*, 25 mai. 2018. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/teorias-do-patriarcado-7314938c59b>. Acesso em: 08 out. 2020.

RÉ, Roxane. Pandemia evidencia ainda mais a desigualdade de gênero. *Site do Jornal da USP*, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/pandemia-evidencia-ainda-mais-a-desigualdade-de-genero/>. Acesso em: 02 out. 2020.

SILVA, Juliana Marcia Santos. Interseccionalidades e Maternidade na Universidade Federal da Bahia. In: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 16., 2018, Campina Grande. *Anais [...]* Rio de Janeiro : Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2018. Disponível em: https://www.16snhct.sbhc.org.br/resources/anais/8/1533130798_ARQUIVO_artigo16snhct.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

SOUSA, A. M. S. et al. *Maternidade e Educação – desafios e possibilidades de acesso e permanência na UFPI campus Ministro Reis Velloso*. Piauí, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/join/2017/TRABALHO_EV081_MD1_SA70_ID1074_15092017210703.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - TRT-RJ. A desigualdade de gênero durante a pandemia de Covid-19. *Site do TRT-RJ*, Rio de Janeiro, 30 abr. 2020. Disponível em: https://www.trt1.jus.br/ultimas-noticias/-/asset_publisher/IpQvDk7pXBme/content/designa

Idade-de-genero-no-mercado-de-trabalho-durante-a-pandemia-de-coronavirus/21078. Acesso em: 01 out. 2020

UFJF NOTÍCIAS. Desigualdade de gênero em tempos de pandemia e isolamento. *Site do UFJF Notícias*, Seção Campus e Comunidade, 06 abr. 2020. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/06/desigualdade-de-genero-em-tempos-de-pandemia-e-isolamento/>. Acesso em: 02 out. 2020.

UFRGS, Parent in Science. *Produtividade Acadêmica durante a Pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acesso em: 25 ago. 2020.

WENHAM, Clare; SMITH, Julia; MORGAN, Rosemary. COVID-19: the gendered impacts of the outbreak. *CrossMark*, 6 mar. 2020.

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Org.). *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 103-122.

Quadro 1 - Síntese de casos, óbitos, incidência e mortalidade no Brasil.

	Casos	Óbitos	Incidência/100mil hab.	Mortalidade/100mil hab	Atualização
▼ Brasil	3.605.783	114.744	1715,8	54,6	23/08 18:00
> Sul	360.324	8.081	1202,0	27,0	23/08 18:00
> Centro-Oeste	389.413	8.280	2389,5	50,8	23/08 18:00
> Norte	506.490	13.080	2748,0	71,0	23/08 18:00
> Nordeste	1.083.973	33.728	1899,3	59,1	23/08 18:00
> Sudeste	1.265.583	51.575	1432,1	58,4	23/08 18:00

Fonte: Brasil, 2020.